

HISTÓRIA E ETNOCONHECIMENTO: ARTICULANDO SABERES EM ESCOLA INDÍGENA

HISTORY AND ETHNOKNOWLEDGE: ARTICULATING KNOWLEDGE IN AN INDIGENOUS SCHOOL

Luciana Helena de Oliveira

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0971880357513700>

Email: lucianaoliveira9384@gmail.com

Jefferson Gabriel Domingues

Indígena Guarani Nhandewa. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8796722517373397>

Resumo: Este artigo discute uma experiência docente no Colégio Estadual Indígena Yvy Porã, desenvolvida entre 2012 e 2018, no ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental, junto à comunidade Guarani Nhandewa. O objetivo é compartilhar práticas pedagógicas que promovem uma educação diferenciada, integrando etnoconhecimentos e a cosmologia Guarani aos saberes científicos do currículo oficial. A metodologia baseou-se em trabalhos interdisciplinares e em uma abordagem decolonial, valorizando a história indígena como protagonista do processo educativo. Os resultados evidenciam a importância da Educação Escolar Indígena como instrumento de luta e fortalecimento identitário, alinhada às demandas dos povos indígenas e às diretrizes legais. O estudo contribui para reflexões sobre a formação docente e o ensino de História em contextos interculturais, reafirmando a necessidade de uma educação significativa e contextualizada.

Palavras-chave: Escola Guarani. Ensino de História. Etnoconhecimento. Interculturalidade. Decolonialidade.

Abstract: This article addresses the teaching experience at the Yvy Porã Indigenous State School between 2012 and 2018, in History education for the Final Years of Elementary School, alongside the Guarani Nhandewa community. The aim is to share pedagogical practices that promote a differentiated education, integrating ethnoknowledge and Guarani cosmology with the scientific knowledge of the official curriculum. The methodology was based on interdisciplinary work and a decolonial approach, valuing Indigenous history as the protagonist of the educational process. The results highlight the importance of Indigenous School Education as a tool for struggle and identity strengthening, aligned with the demands of Indigenous peoples and legal guidelines. The study contributes to reflections on teacher training and History teaching in intercultural contexts, reaffirming the need for meaningful and contextualized education.

Keywords: Guarani School. History Teaching. Ethnoconocimiento. Interculturality. Decoloniality

Introdução

O presente texto apresenta o trabalho intercultural desenvolvido no Colégio Estadual Indígena *Yvy Porã*, à época Escola Estadual, no intervalo de 2012 a 2018, junto ao povo indígena Guarani *Nhandewa*, com foco nas práticas protagonizadas como professora da disciplina História dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Ao longo desse período, realizamos, juntamente com a comunidade escolar, diversos trabalhos interdisciplinares acerca da história local, da história do povo Guarani e da história do Brasil, a partir de uma perspectiva decolonial e do ponto de vista de outros sujeitos, os povos indígenas, que raramente aparecem nos materiais didáticos como protagonistas desse processo.

Esse texto tem como objetivo compartilhar práticas desenvolvidas, especialmente no ensino de História, para promover uma educação específica e diferenciada. Essa abordagem atende a uma reivindicação da comunidade Guarani *Nhandewa* da Terra Indígena (TI) Pinhalzinho, que defende uma educação escolar significativa, integrando os etnoconhecimentos e a cosmologia Guarani aos saberes científicos historicamente acumulados pela humanidade, os quais compõem o currículo oficial.

Consideramos pertinente tal produção uma vez que a Educação Escolar Indígena tem sido reivindicada e também tem se tornado uma forte aliada no processo de luta dos movimentos sociais indígenas, organizados desde a década de 1970 (Faustino, 2006), e também porque, desde então, a Educação Escolar Indígena tem sido ressignificada, remodelada e reestruturada, pelos diferentes povos indígenas para atender às suas demandas e realidades socioculturais e sociolinguísticas específicas.

Devemos, nas discussões e nas experiências escolares, considerar as especificidades de cada etnia, uma vez que “cada povo indígena que vive hoje no Brasil é dono de universos culturais próprios [...] sua variedade e sua originalidade são um patrimônio importante não apenas para eles próprios e para o Brasil, mas, de fato, para toda a humanidade” (RCNEI, 1998, p. 22).

Assim pretendemos fomentar, dialogar e contribuir com as discussões na área da educação escolar, especialmente no ensino de História, visto que esse processo também colabora para a nossa formação profissional e humana.

Abordagem conceitual

O trabalho escolar desenvolvido no Colégio Indígena *Yvy Porã* tem como princípio norteador a educação crítica, fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético e orientada pela Pedagogia Histórico-Crítica, conforme preconizado por Dermeval Saviani (2008). O Materialismo Histórico-Dialético, formulado por Karl Marx e Friedrich Engels, parte do pressuposto de que a realidade social é estruturada historicamente pelas relações de produção e luta de classes (Marx; Engels, 2010).

A educação, nesse sentido, não é neutra, mas sim um espaço de disputa ideológica que pode tanto reforçar a dominação quanto contribuir para a emancipação dos sujeitos. A Pedagogia Histórico-Crítica, derivada desse arcabouço teórico, defende que o ensino deve partir da realidade concreta dos estudantes para, por meio da sistematização dos conhecimentos historicamente produzidos, possibilitar a apropriação crítica da cultura e o desenvolvimento da consciência social (Saviani, 2005).

No contexto específico da escola indígena, essa formação crítica se desdobra na construção da consciência de classe trabalhadora, considerando as dimensões econômicas da realidade, e na consciência indígena, valorizando as questões culturais e identitárias dos povos originários (Baniwa, 2019). Esse duplo movimento formativo fortalece os estudantes tanto na luta por direitos sociais e trabalhistas quanto na defesa de sua cultura e território.

Para alcançar essa formação, o Colégio Indígena estrutura o ensino por meio de uma abordagem intercultural, na qual o etnoconhecimento dos povos indígenas se articula ao conhecimento científico. A interculturalidade crítica, como propõem Walsh (2009) e Candau (2012), não se limita a uma mera justaposição de saberes, mas implica um diálogo profundo, que reconhece a legitimidade dos conhecimentos indígenas e problematiza a hegemonia da epistemologia

ocidental.

Nesse sentido, a abordagem curricular do Colégio *Yvy Porã* busca integrar os saberes ancestrais Guarani *Nhandewa*, transmitidos pelos sábios mais velhos e líderes espirituais da comunidade, com os conteúdos científicos sistematizados na escola, garantindo que os estudantes indígenas desenvolvam um pensamento crítico que lhes permita compreender tanto sua realidade sociocultural quanto as dinâmicas econômicas que a atravessam. Esse processo contribui para a superação da dicotomia entre tradição e modernidade, promovendo um ensino que fortalece a identidade indígena sem abrir mão do acesso ao conhecimento universal.

Além disso, a abordagem decolonial adotada pelo Colégio Indígena *Yvy Porã* contribui para a superação do eurocentrismo na educação, combatendo a imposição de uma visão única e dominante sobre a história, a cultura e a ciência. A perspectiva decolonial, desenvolvida por autores como Quijano (2005) e Santos (2007), critica a colonialidade do saber, ou seja, a lógica que impõe a epistemologia europeia como única forma legítima de conhecimento.

Segundo essa abordagem, a colonização não se restringiu à exploração territorial, mas se estendeu à produção e validação do conhecimento, desqualificando e subalternizando outras formas de compreender o mundo. Ao adotar essa perspectiva, o Colégio Indígena rompe com a hierarquização dos saberes e constrói um espaço pedagógico em que os conhecimentos indígenas são não apenas reconhecidos, mas centrais para a formação dos estudantes.

Dessa forma, a escola não apenas forma indivíduos com consciência crítica sobre sua realidade econômica e social, mas também os fortalece enquanto sujeitos históricos, capazes de reivindicar seus direitos e protagonizar lutas por justiça social e reconhecimento cultural.

Apresentação da TI Pinhalzinho e o Colégio Indígena *Yvy Porã*

A Terra Indígena (TI) Pinhalzinho situa-se no município de Tomazina, no norte do Paraná, entre o Rio das Cinzas, à sua direita, e o Ribeirão do Lageadinho, à esquerda. A TI é composta atualmente por uma área de 247 alqueires (593 hectares). É habitada por cerca de 144 (cento e quarenta e quatro) moradores, de acordo com o Censo Demográfico 2018¹, realizado pela Escola Estadual Indígena *Yvy Porã*.

A população local é composta, em sua maioria, por indígenas da etnia Guarani *Nhandewa*, embora também haja representantes dos povos *Kaiowa* e *M'bya*, somando um total de 45 (quarenta e cinco) famílias. Além disso, vivem na comunidade três famílias da etnia *Kaingang* e algumas pessoas não indígenas que estabeleceram vínculos matrimoniais com indígenas.

A área atualmente reconhecida como TI Pinhalzinho recebeu essa designação em 1904. Em 1917, passou por uma vistoria realizada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e, no ano seguinte, em 5 de março de 1918, teve sua homologação formalizada pela Justiça Federal em Curitiba/PR.

No entanto, a demarcação oficial ocorreu apenas em 1986, quando o território foi registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Tomazina sob a matrícula nº 3.655, datada de 6 de março do mesmo ano. O documento registra que a área, anteriormente parte da Fazenda Jaboticabal da Barra Grande, teria sido “doada” por Augusto de Assis Teixeira ao povo Guarani, que já habitava a região.

O Colégio Estadual Indígena *Yvy Porã* oferta atualmente a Educação Infantil, o Ensino

¹ No ano de 2018, a Escola Indígena *Yvy Porã*, percebendo a ausência de dados concretos e atualizados sobre as características populacionais e econômicas da comunidade e a necessidade de organizar tais informações, para melhor organizar os trabalhos interculturais promovidos pela escola e servir de apoio para a organização da própria comunidade, realizou o Primeiro Censo Demográfico da TI Pinhalzinho, contando com a participação da comunidade escolar: equipe gestora, agentes educacionais, professores e educandos, bem como com a colaboração da comunidade local: pais, responsáveis e demais moradores da TI. Os dados foram coletados, junto a toda a comunidade, por meio de questionário, elaborado pela comunidade escolar e aplicados pelos alunos, auxiliados pelos professores e familiares. Na escola, os resultados foram compilados em trabalho interdisciplinar e sistematizados em forma de gráficos que, depois de concluídos, foram apresentados à comunidade local e na “V Mostra Cultural Guarani *Nhandewa*”, que aconteceu em novembro do mesmo ano na TI *Yvy Porã* (Posto Velho) Abatiá/PR. Atualmente, os dados do Censo Demográfico 2018 apresentam um retrato da comunidade indígena Guarani da TI Pinhalzinho.

Fundamental e o Ensino Médio, na época do relato de experiência era chamada de Escola Indígena, por ofertar apenas a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, está localizado na Terra Indígena Pinhalzinho, a aproximadamente trinta e seis (36) km da área urbana de Tomazina/PR e sete (7) km de Guapirama/PR.

Conforme registrado no Projeto Político-Pedagógico - PPP (2019) do Colégio *Yvy Porã*, a instituição teve seu funcionamento autorizado pela Resolução nº 3.581, de 30 de dezembro de 1982, sendo essa decisão publicada no Diário Oficial do Estado em 21 de março de 1983. Inicialmente denominada Escola Rural do Pinhalzinho, a unidade era mantida pelo Governo do Estado do Paraná e oferecia os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Posteriormente, a escola passou pelo processo de municipalização por meio da Resolução nº 3.879, divulgada no Diário Oficial do Estado em 19 de novembro de 1992, passando a ser chamada de Escola Rural Municipal de Tomazina, sob a administração da Prefeitura Municipal de Tomazina/PR. No entanto, suas atividades foram temporariamente suspensas pela Resolução nº 3.364, publicada no Diário Oficial em 21 de setembro de 1999. O retorno das atividades ocorreu em 16 de novembro de 2000, conforme a Resolução nº 3.345/00.

Em 2008, a escola foi estadualizada através da Resolução nº 2.075, de 23 de maio, e de um termo de convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e o Município de Tomazina. A partir desse processo, foi criada a Escola Estadual Indígena *Yvy Porã* – Ensino Fundamental, cuja autorização de funcionamento foi formalizada pela Resolução nº 5.437, de 25 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial do Estado em 14 de janeiro de 2009. A nova instituição passou a oferecer o Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano de forma progressiva, resultando na extinção definitiva da Escola Rural Municipal de Pinhalzinho.

Em 2011, a Resolução nº 140/11, de 7 de janeiro, autorizou a inclusão da Educação Infantil na Escola Estadual, atendendo a uma demanda da comunidade local. Com essa ampliação, a instituição passou a ser denominada Escola Estadual Indígena *Yvy Porã* – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Essa conquista fortaleceu os debates dentro da comunidade sobre a necessidade de uma educação diferenciada e específica, levando a uma mobilização inédita junto à Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR). Os indígenas Guarani passaram a exigir que a direção da escola fosse assumida por um professor indígena, recusando a indicação de qualquer outro profissional que a Secretaria tentasse nomear para o cargo.

Ainda em 2011, a Resolução nº 01451, de 10 de abril, marcou um momento histórico para a Escola *Yvy Porã*, ao nomear, pela primeira vez, um indígena para o cargo de diretor. O professor Jefferson Gabriel Domingues (*Awa Veradju*), pertencente ao povo Guarani *Nhandewa* e residente na Terra Indígena Pinhalzinho desde 1993, assumiu a gestão da escola. Formado em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus Jacarezinho/PR, em 2010, ele segue no cargo até o presente momento. Sua nomeação ocorreu por meio do regime PSS (Processo Seletivo Simplificado), com contrato renovado anualmente pela SEED/PR, sempre condicionado à anuência da comunidade local.

No ano de 2024 a Instituição vivenciou uma nova conquista, a autorização para o funcionamento do Ensino Médio, por meio da Resolução n.º 6.881/2023 da Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação, de 26 de setembro de 2023. Com a oferta da nova etapa o nome da Instituição foi alterado para Colégio Estadual Indígena *Yvy Porã* - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio (EIEFM). Tal conquista significou um grande avanço, pois esta era uma reivindicação da comunidade Pinhalzinho de muitos anos.

O Colégio conta atualmente com 31 (trinta e uma) matrículas, distribuídas em 7 (sete) turmas, sendo 1 (uma) de Educação Infantil; 2 (duas) dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que são multisseriadas, 2 (duas) turmas multisseriadas dos Anos Finais do Ensino Fundamental e 2 (duas) turmas do Novo Ensino Médio. A Escola funciona nos turnos manhã e tarde. O colegiado está composto por 19 (dezenove) profissionais, sendo 14 (quatorze) indígenas e 5 (cinco) não indígenas, todos contratados por meio do PSS² organizado pela Rede Estadual de Educação do Paraná.

² Edital de contratação do Processo Seletivo Simplificado Indígena do ano de 2024, disponível em: <https://nreuniaodavitoria.educacao.pr.gov.br/Noticia/Abertura-PSS-Processo-Seletivo-Simplificado-Indigena-Quilombola-Itinerante-CELEM-e-Dancep#:~:text=No%20dia%2031%20de%20outubro,t%C3%ADtulos%2C%20pelo%20sistema%20do%20PSS.&text=Lembramos%20que%20o%20acesso%20ao,ocorre%20pela%20Central%20de%20>

Práticas interculturais do ensino de História em uma escola Guarani

O ensino de História, quando articulado ao etnoconhecimento indígena Guarani, possibilita uma abordagem mais crítica e sensível às narrativas dos povos originários, rompendo com a perspectiva eurocêntrica predominante nos currículos escolares. A valorização dos saberes tradicionais indígenas, transmitidos oralmente por anciãos e lideranças comunitárias, permite que os estudantes indígenas reconheçam sua própria história, território e identidade como elementos fundamentais de resistência e pertencimento.

Além disso, ao promover o diálogo entre conhecimentos científicos e saberes ancestrais, essa abordagem favorece uma educação intercultural que respeita e fortalece as epistemologias indígenas, garantindo que a escola seja um espaço de afirmação cultural e não de apagamento histórico.

Conhecer a própria história e a história dos seus antepassados são formas eficientes de se desenvolver e afirmar a sua identidade (Paiva, 2012). Nesse sentido, para os povos indígenas brasileiros, considerando suas trajetórias históricas isso é essencial, uma vez que ao longo do processo de exploração e ocupação do território que hoje corresponde ao Brasil, os povos foram colonizados por meio da escravidão e expropriação.

Houve a imposição de crenças e valores europeus com o uso de diferentes estratégias objetivando-se dominar, controlar e aniquilar os saberes, as línguas e as culturas ancestrais indígenas. Entretanto, ainda que com muitas dificuldades, grande parte desses povos resistiu e ainda resiste, considerando que apesar de todos os avanços legais, os indígenas têm sido vítimas de práticas espoliativas, as quais, atualmente, atacam principalmente os direitos ao território, que mesmo garantidos na legislação (Brasil, 1988), são constantemente ameaçados.

Um dos maiores desafios em ser professora é promover um ensino que seja significativo para o(a) estudante, também para o contexto social em que ele(a) está inserido(a). Uma vez assumido o compromisso em trabalhar em uma escola indígena, é necessário termos a consciência de que o desafio será ainda maior, o impulso pesquisador(a), que todo(a) professor(a) tem, ou deveria ter, precisa ser alimentado, pois os povos indígenas e suas escolas apresentam inúmeras demandas que exigem abordagens e metodologias diferenciadas.

A Educação Básica, de maneira geral, e a Educação Escolar Indígena, em particular, enfrentam desafios significativos decorrentes da falta de estímulo e investimento adequado. Entre as principais fragilidades desse processo educacional, destacam-se a escassez de materiais didáticos específicos e culturalmente diferenciados, bem como a inadequação da carga horária destinada aos docentes (Baniwa, 2019).

Esses profissionais, além de ministrarem aulas, necessitam de tempo para pesquisar, refletir e desenvolver estratégias pedagógicas que dialoguem com as realidades socioculturais dos estudantes. Diante desse cenário, muitos professores se veem desafiados a repensar suas práticas continuamente, buscando aprimorar a qualidade do ensino e assegurar que a aprendizagem ocorra de forma significativa e efetiva, como é o objetivo da escola indígena.

A comunidade escolar *Yvy Porã* vem realizando inúmeras atividades relevantes e significativas no tocante a promover uma educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue/multilíngue, conforme reivindicação da comunidade local e assegurada pela legislação (CF/1988; LDB/1996; RCNEI/1998; DCNEI/2012; PNE/2014-2024).

Esse trabalho teve início no ano de 2011 com a gestão administrativa da Escola sendo assumida por profissionais indígenas, diretor e pedagoga, que junto com a gestão assumiram o compromisso de tornar o ensino no Colégio *Yvy Porã* realmente significativo para as crianças, os adolescentes e jovens Guarani da TI Pinhalzinho, uma demanda da comunidade, com o envolvimento das lideranças indígenas.

Desde então, teve início um processo contínuo de formação dentro da própria escola, envolvendo pesquisa, produção de conhecimento e trocas pedagógicas entre professores, estudantes e a comunidade. Esse movimento busca consolidar práticas educativas que promovam uma educação intercultural, capaz de articular saberes científicos e etnoconhecimentos indígenas

de forma equilibrada e respeitosa.

O objetivo é garantir que as atividades pedagógicas não apenas integrem, mas também valorizem todas as formas de conhecimento, reconhecendo a importância das tradições orais, dos modos de vida e das epistemologias dos povos originários. Dessa maneira, a instituição escolar se torna um espaço de diálogo e construção coletiva, fortalecendo a identidade cultural dos estudantes e contribuindo para a resistência e revitalização dos saberes ancestrais.

Com esse objetivo são desenvolvidos trabalhos culturais sistematizados em Semanas e Gincanas Culturais; trabalhos relacionados ao manuseio e bom uso da terra como a Horta Orgânica e o Sistema Agroflorestal (SAF) – *Yvy Marae’y* (Terra Sem Mal); o reconhecimento do território e as atuais fronteiras do Pinhalzinho; a Etnoastronomia Guarani; as armadilhas Guarani para a caça; a produção de artesanatos Guarani; aulas de língua Guarani coletivo; projeto de leitura e a literatura indígena; produção da Linha do Tempo da TI Pinhalzinho; registro da biografia das lideranças atuais da comunidade, dos sábios e dos antigos Caciques; elaboração do Censo Demográfico. Entre outras atividades do dia a dia das aulas.

As atividades desenvolvidas na Escola Indígena são, em sua maioria, planejadas e realizadas de forma interdisciplinar, permitindo que cada professor(a) contextualize os conteúdos de sua área a partir do projeto pedagógico geral. Esse modelo favorece a integração e a valorização de diferentes saberes, contemplando tanto os conhecimentos tradicionais indígenas quanto aqueles reconhecidos como científicos. Dessa forma, o ensino se estrutura de maneira mais dialógica e significativa, respeitando as especificidades culturais e promovendo uma aprendizagem que articula distintas formas de conhecimento.

No entanto, os procedimentos pedagógicos adotados para atender às demandas locais exigem um suporte maior do que o sistema estadual de ensino atualmente disponibiliza aos profissionais da educação. As dificuldades vão desde a carência de materiais didáticos e infraestrutura adequada até a sobrecarga de trabalho dos docentes, que frequentemente extrapolam sua jornada remunerada para atender às necessidades dos estudantes e da comunidade. Esse cenário evidencia a urgência de um regime de contratação diferenciado para os profissionais que atuam na Educação Escolar Indígena (Baniwa, 2019), garantindo melhores condições de trabalho e valorização desses educadores, fundamentais para a preservação e fortalecimento das práticas educativas interculturais.

Com base no princípio da interculturalidade, buscamos fomentar uma educação específica e diferenciada no Colégio Estadual Indígena *Yvy Porã*, com ênfase nas ações desenvolvidas na disciplina de História. Reconhecendo que essa área do conhecimento desempenha um papel fundamental na construção identitária dos sujeitos, dedicamo-nos a elaborar estratégias pedagógicas que fortaleçam esse processo, promovendo não apenas o reconhecimento histórico e cultural, mas, sobretudo, a autoafirmação do povo Guarani *Nhandewa*, já que “a história atua como principal intermediadora dos estudos da diversidade cultural e étnica, promovendo a identidade individual e coletiva dos educandos” (Paiva, 2012, p. 21).

Assim desenvolvemos um trabalho com a história local, objetivando construir, reforçar e/ou consolidar a identidade indígena, que por muito tempo foi desconsiderada, desvalorizada e negada a esses povos por ações dominadoras iniciadas no período da colonização.

Com uma dinâmica de integrar conhecimentos étnicos e conhecimentos científicos; reivindicação da comunidade local que espera que a escola cumpra com seu papel social de proporcionar uma formação humana integral aos educandos, socializando os conhecimentos científicos historicamente acumulados pela humanidade considerando os etnoconhecimentos e a cosmologia Guarani, que são a base para promover a consciência social e a afirmação da identidade *Nhandewa*; buscamos trabalhar a “prática, teoria, prática” no intuito de alcançar a “práxis”, seguindo as proposições de Gasparin (2002) e Saviani (1991/2005).

Neste texto descrevemos a prática da elaboração de uma Linha do Tempo da TI Pinhalzinho, na qual constam informações sobre a presença Guarani no território desde séculos passados, a abertura da primeira e da atual escola, ações dos habitantes mais antigos, ações de grupos de “posseiros” (não indígenas que tentaram usurpar as terras), resistências dos Guarani no território, bem como as ações de resistência da comunidade local e escolar na atualidade.

A produção da Linha do Tempo é considerada resultado parcial do trabalho realizado ao

longo dos anos, no qual buscamos sempre partir do conhecimento prévio dos educandos com relação à história local, a história da sua família e dos parentes que vivem ou já viveram na TI Pinhalzinho. Para sistematizar essas informações construímos árvores genealógicas e contextualizamos com a apresentação e discussão sobre o filme: “Narradores de Javé”; com o objetivo de evidenciar a importância e o papel da história de um povo no processo de resistência, o que é fundamental para os povos indígenas.

Produzimos ainda a Linha do Tempo de cada estudante, na qual cada sujeito pode protagonizar o registro de um determinado processo histórico, registro da chamada micro-história que segundo Vainfas (2002, p. 80-81) se configura em “buscar expor a história para os que a conhecem e também para os que não a conhecem, por meio da narrativa de casos”, valorizando o protagonismo de cada sujeito, no caso a história do povo indígena Guarani *Nhandewa* da TI Pinhalzinho, pois por meio da árvore genealógica e da Linha do Tempo individual, reconhecemos e recontamos a história de um grupo social.

A produção da Linha do Tempo da TI Pinhalzinho foi composta por vários processos. Num primeiro momento o conhecimento prévio dos estudantes foi apresentado e estruturado no espaço das aulas, na sequência o trabalho consistiu em relacionar esse saber empírico com o conhecimento histórico já sistematizado, em seguida integramos esse processo com os etnoconhecimentos Guarani, por meio da participação da comunidade local.

A comunidade indígena, especialmente, os sábios, os mais velhos, foram visitados e entrevistados - prática corriqueira do Colégio *Yvy Porã* para desenvolver os projetos interculturais e interdisciplinares, que servem de base para a sistematização dos conhecimentos na disciplina de História.

Por meio da memória desses sujeitos e fazendo uso da história oral, coletamos informações que foram sistematizadas e integradas ao conhecimento histórico, presente em livros didáticos, discutido em sala de aula, “[...] a fim de estimular, nos alunos, o senso de preservação da memória social coletiva, como condição indispensável à construção de uma nova cidadania e identidade nacional plural” (Oriá, 2005, p. 130), função indiscutível da escola e do ensino de História, com a qual o Colégio *Yvy Porã* está totalmente comprometido, uma vez que identifica nesse processo o caminho para a autoafirmação indígena Guarani *Nhandewa*.

Além da memória local, também utilizamos como fonte os dados e informações disponíveis em sítios eletrônicos; especialmente: Museu do Índio, FUNAI, Museu Paranaense; e em materiais impressos sobre os povos Guarani do norte do Paraná. De posse dos dados e informações acerca da história local iniciamos a produção da Linha do Tempo da TI Pinhalzinho. A princípio organizamos cronologicamente todos os fatos selecionados e dispusemos em forma de Linha do Tempo.

Na sequência trabalhamos com a contextualização de cada fato, ou seja, cada episódio da história da TI Pinhalzinho, presente na Linha do Tempo, foi contextualizado com a história regional, nacional e global, com o objetivo de entender o processo histórico para além de fatos isolados e reconhecê-los como causa ou consequência de um processo geral, já que “a história de uma sociedade geralmente mantém relações com a história de outras sociedades. No caso da história brasileira, por exemplo, não se pode negar que fazem parte dela muitos acontecimentos da história dos povos indígenas, da Europa, da África e da Ásia” (RCNEI, 1998, p. 203).

Neste sentido buscamos saber o que estava acontecendo de mais relevante na TI, no Paraná, no Brasil e no mundo naqueles momentos históricos selecionados e, para além de saber, também buscamos entender as relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas entre os fatos. O processo de contextualização foi desenvolvido de forma interdisciplinar envolvendo a participação e os conceitos de várias áreas do conhecimento.

Os resultados sistematizados deste trabalho, bem como dos que foram desenvolvidos paralelamente, foram apresentados à comunidade local e aos visitantes na IV Mostra Cultural Guarani *Nhandewa*, que ocorreu na TI Pinhalzinho no ano de 2017, com a efetiva participação dos alunos em todas as etapas do projeto. A forma participativa como foi elaborado possibilitou que o mesmo mantenha-se vivo e presente nas aulas de História, bem como nas aulas das demais disciplinas do currículo.

Segundo Schmidt (2005), a função do professor de História é promover a interação do educando com os fatos históricos por meio de problemáticas e hipóteses. Nesse sentido, o

processo de aproximar a história global da local, regional e indígena, possibilita que os alunos Guarani *Nhandewa* se percebam sujeitos desse processo e não mais como meros espectadores. Assim, no Colégio *Yvy Porã* “ensinar História passa a ser, então, dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir a História” (Ibid. p. 57) juntamente com os sábios da comunidade, rompendo com o anonimato, com a estereotipação e o folclorismo dos povos indígenas ainda presentes nos livros didáticos e outros materiais.

Destaco ainda que as experiências compartilhadas são resultados de trabalhos desenvolvidos ao longo dos anos de atuação no Colégio Indígena e retratam parte de um conjunto de vivências com a comunidade local e escolar, que paralela às produções intelectuais, também desenvolve as produções culturais como a Gincana da Resistência, que acontece anualmente, no mês de abril, e conta com a participação da comunidade escolar e local e de visitantes. Momento de homenagear, praticar e fortalecer os processos culturais Guarani e reafirmar a permanência na luta.

Considerações finais

Dessa maneira, o trabalho desenvolvido no Colégio Indígena *Yvy Porã* demonstra como uma educação crítica, fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético e na Pedagogia Histórico-Crítica, pode contribuir para a formação integral dos estudantes indígenas. Ao articular a consciência de classe trabalhadora com a valorização da identidade indígena, a escola rompe com a lógica colonial e eurocêntrica da educação tradicional, promovendo uma abordagem intercultural que integra etnoconhecimentos e conhecimentos científicos.

Essa perspectiva permite que os estudantes não apenas se apropriem criticamente dos conteúdos escolares, mas também compreendam as estruturas socioeconômicas que influenciam suas vidas, possibilitando a construção de estratégias de resistência e emancipação. Nesse contexto, a adoção de uma abordagem decolonial na escola fortalece a luta por uma educação que reconhece e legitima as epistemologias indígenas, contribuindo para a superação da colonialidade do saber.

O Colégio Indígena *Yvy Porã*, ao integrar conhecimentos tradicionais e acadêmicos, reafirma a importância de um ensino que não apenas forma indivíduos aptos ao mundo do trabalho, mas que também fortalece suas identidades culturais e seu papel na luta por direitos. Assim, a experiência dessa escola representa um caminho potente para a construção de uma educação emancipatória, que dialoga com as especificidades dos povos indígenas Guarani *Nhandewa* e reforça a necessidade de políticas educacionais que valorizem a diversidade epistemológica e cultural.

Mesmo com as limitações na materialização de alguns meios e instrumentos necessários o Colégio *Yvy Porã* tem obtido sucesso no que se propõe a efetivar como uma educação específica, diferenciada e autônoma, que realmente seja significativa para a aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens da comunidade, que, por meio de uma prática intercultural, preparem-os e os fortaleçam para a constante necessidade de luta por seus direitos e da resistência que faz parte da história dos Guarani *Nhandewa* do norte do Paraná e em todo o Brasil.

Ainda que o cenário e o discurso atual da globalização tendem a supervalorizar o presente em detrimento do passado, o ensino de História nesta instituição está comprometido com o trabalho de afirmação da identidade nacional plural e com a valorização da memória local indígena, como princípio fundante para o processo de afirmação e valorização da história dos Guarani *Nhandewa*.

Considero a experiência no Colégio Indígena *Yvy Porã* uma verdadeira formação continuada, tanto profissional quanto pessoal. Ao longo desse percurso, a necessidade de atuar simultaneamente como professora e pesquisadora, aliada aos desafios diários propostos pela Equipe Diretiva — composta por profissionais indígenas engajados na militância — e às próprias demandas inerentes à docência, proporcionou um aprendizado intenso e transformador. Nesse processo, aprendi tanto quanto ensinei, e, em muitos momentos, talvez até mais.

A prática constante da pesquisa, metodologia necessária para o ensino de História e recomendada pelo RCNEI/1998, tem o poder de transformar o processo de ensino e aprendizagem, tornando-o significativo para todos os envolvidos, especialmente para os docentes e para os discentes.

Referências

- BANIWA, Gersen. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro, Mórula/Laced, 2019.
- BRASIL, Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional** – Lei n. 9394/96. Brasília, 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE-CEB nº 13. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**. Brasília, 2012.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.
- CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 837-854, jul./set. 2012.
- GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 10 ed. - São Paulo: Contexto, 2005.
- PAIVA, Adriano Toledo. **História Indígena na sala de aula**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.
- SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 10 ed. - São Paulo: Contexto, 2005.
- VAINFAS, Ronaldo (Direção). **Dicionário do Brasil Imperial, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

YVY PORÃ, Colégio Estadual Indígena. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Terra Indígena Pinhalzinho – Tomazina/PR, 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: WALSH, Catherine; GARCÍA LINERA, Álvaro; MIGNOLO, Walter. **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Del Signo, 2009. p. 85-126.

Recebido em 10 de novembro 2024

Aceito em 30 de janeiro de 2025